

CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A SAÚDE MENTAL DOS POVOS INDÍGENAS NA REDUÇÃO DO SUICÍDIO

CONTRIBUTION OF PSYCHOLOGY TO THE MENTAL HEALTH OF INDIGENOUS
PEOPLES IN REDUCING SUICIDE

LA ENERGÍA SOLAR COMO INFRAESTRUCTURA SOCIOTÉCNICA: GOBERNANZA
INSTITUCIONAL, SISTEMAS DE INFORMACIÓN Y POLÍTICA FISCAL EN LA
TRANSICIÓN ENERGÉTICA

Thais Maria Pereira Ramos¹

Wanessa Maquine Paiva²

Italo Bruno Lima Nonato³

RESUMO: O presente estudo analisa a contribuição da psicologia para a saúde mental dos povos indígenas e a redução do suicídio, considerando determinantes históricos, sociais e culturais. Trata-se de pesquisa qualitativa por meio de revisão integrativa da literatura, com produções publicadas entre 2016 e 2026 em bases nacionais e internacionais. A análise evidenciou que o suicídio indígena não pode ser compreendido sob perspectiva exclusivamente clínica, pois está relacionado a colonização, perda territorial, racismo estrutural e fragilização comunitária. Intervenções centradas apenas na medicalização mostram-se insuficientes, sendo necessária abordagem intercultural ampliada. Os resultados apontam que identidade étnica fortalecida, espiritualidade, pertencimento territorial e coesão comunitária desempenham papel protetivo fundamental. Programas participativos com protagonismo juvenil e envolvimento de lideranças indígenas demonstram maior efetividade preventiva. Destaca-se a relevância da intersectorialidade nas políticas públicas, articulando saúde, educação e proteção territorial. Conclui-se que a psicologia contribui significativamente quando atua de forma ética, culturalmente sensível e comprometida com os direitos indígenas. A integração entre saberes tradicionais e práticas baseadas em evidências amplia as possibilidades de cuidado e fortalece estratégias sustentáveis de prevenção do suicídio.

Palavras-chave: Saúde Mental Indígena. Suicídio Indígena. Psicologia Intercultural. Fatores De Proteção Cultural. Políticas Públicas Intersetoriais.

ABSTRACT: This study analyzes the contribution of psychology to the mental health of Indigenous peoples and the reduction of suicide, considering historical, social, and cultural determinants. It is a qualitative study conducted through an integrative literature review, including publications from 2016 to 2026 in national and international databases. The analysis showed that Indigenous suicide cannot be understood from an exclusively clinical perspective, as it is related to colonization, territorial loss, structural racism, and the weakening of community bonds. Interventions focused solely on medicalization have proven insufficient, highlighting the need for a broader intercultural approach. The results indicate that strengthened ethnic identity, spirituality, territorial belonging, and community cohesion play a fundamental protective role. Participatory programs with youth protagonism and the involvement of Indigenous leaders demonstrate greater effectiveness in prevention. The importance of intersectorality in public policies is emphasized, integrating health, education, and territorial protection. It is concluded that psychology makes a significant contribution when it acts in an ethical, culturally sensitive manner and is committed to Indigenous rights. The integration of traditional knowledge and evidence-based practices expands care possibilities and strengthens sustainable suicide prevention strategies.

Keywords: Indigenous Mental Health. Indigenous Suicide. Intercultural Psychology. cultural protection factors. Intersectoral Public Policies.

¹ Graduanda em Psicologia. Centro Universitário FAMETRO.

² Graduanda em Psicologia. Centro Universitário FAMETRO.

³ Orientador. Mestre em Psicologia. Centro universitário FAMETRO.

RESUMEN: El presente estudio analiza la contribución de la psicología a la salud mental de los pueblos indígenas y la reducción del suicidio, considerando determinantes históricos, sociales y culturales. Se trata de una investigación cualitativa realizada mediante una revisión integradora de la literatura, con producciones publicadas entre 2016 y 2026 en bases de datos nacionales e internacionales. El análisis evidenció que el suicidio indígena no puede comprenderse desde una perspectiva exclusivamente clínica, ya que está relacionado con la colonización, la pérdida territorial, el racismo estructural y la fragilización comunitaria. Las intervenciones centradas únicamente en la medicalización resultan insuficientes, siendo necesaria una aproximación intercultural ampliada. Los resultados indican que una identidad étnica fortalecida, la espiritualidad, el sentido de pertenencia territorial y la cohesión comunitaria desempeñan un papel protector fundamental. Los programas participativos con protagonismo juvenil y la participación de líderes indígenas demuestran mayor efectividad preventiva. Se destaca la relevancia de la intersectorialidad en las políticas públicas, articulando salud, educación y protección territorial. Se concluye que la psicología contribuye significativamente cuando actúa de manera ética, culturalmente sensible y comprometida con los derechos indígenas. La integración entre saberes tradicionales y prácticas basadas en evidencia amplía las posibilidades de cuidado y fortalece estrategias sostenibles de prevención del suicidio.

Palabras clave: Salud Mental Indígena. Suicidio indígena. Psicología Intercultural. factores de protección cultural. Políticas públicas intersectoriales.

I INTRODUÇÃO

O estudo abordado sobre a contribuição da psicologia para a saúde mental dos povos indígenas na redução do suicídio insere-se em um contexto marcado por desigualdades históricas, violências estruturais e invisibilização cultural. A literatura recente aponta que a produção científica brasileira ainda é insuficiente para abarcar a complexidade das especificidades étnicas, linguísticas e cosmológicas que atravessam o sofrimento psíquico indígena, revelando lacunas importantes na compreensão intercultural da saúde mental. Nesse cenário, a psicologia é convocada a repensar seus referenciais teóricos e metodológicos, superando modelos universalizantes e incorporando perspectivas situadas, culturalmente sensíveis e socialmente comprometidas (Batista; Zanello, 2016).

O fenômeno do suicídio entre povos indígenas no Brasil tem sido evidenciado como grave problema de saúde pública, com taxas superiores à média nacional em determinados territórios e etnias. Revisões sistemáticas indicam que fatores como desestruturação territorial, conflitos fundiários, perda de referências culturais, racismo institucional e fragilidade das políticas públicas contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico. Além disso, observa-se a necessidade de integrar dados epidemiológicos a análises qualitativas que contemplem os sentidos atribuídos ao suicídio nas diferentes comunidades, ampliando a compreensão do fenômeno para além de uma perspectiva exclusivamente biomédica (Souza et al., 2020; Junior, 2021).

No âmbito das intervenções, estudos internacionais demonstram que estratégias de prevenção do suicídio voltadas a adolescentes indígenas são mais eficazes quando fundamentadas em abordagens culturalmente adaptadas, com participação comunitária e valorização das identidades coletivas. Programas que incorporam práticas tradicionais, fortalecimento de vínculos e reconstrução de narrativas de pertencimento apresentam resultados promissores na redução de comportamentos autolesivos (Grande et al., 2022; Martin; Lovelock; Stevenson, 2023).

A compreensão indígena acerca do suicídio também desafia os paradigmas clássicos da psicologia ocidental, onde as pesquisas que exploram a visão de lideranças e membros de comunidades evidenciam que o fenômeno pode ser interpretado à luz de dimensões espirituais, coletivas e cosmológicas, não restritas à esfera individual, uma vez que, a desconsideração desses referenciais pode gerar intervenções inadequadas ou ineficazes (Baniwa, 2024; Assis, 2024). A psicanálise, por sua vez, tem buscado interlocução com a saúde indígena, interrogando os limites de suas categorias clássicas diante da alteridade cultural e abrindo espaço para novas construções teóricas (Saúde mental no contexto indígena, 2023).

Outro aspecto relevante refere-se à comunicação em saúde e à construção de estratégias preventivas que respeitem as dinâmicas socioculturais das comunidades. Revisões internacionais destacam que ações de comunicação de risco e promoção da saúde mental devem ser desenvolvidas de forma participativa, evitando discursos impositivos e fortalecendo a autonomia coletiva. A psicologia, nesse contexto, pode contribuir na elaboração de metodologias dialógicas, na mediação intercultural e na formação de equipes multiprofissionais preparadas para atuar em territórios indígenas (Agudelo-Hernández et al., 2025; National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2022).

No Brasil, a análise dos indicadores de saúde mental e da cobertura da rede pública evidencia desafios estruturais significativos, como a insuficiência de serviços especializados, a rotatividade de profissionais e a precarização das políticas indigenistas. A ausência de articulação entre saúde mental e atenção diferenciada compromete a efetividade das ações preventivas. Diante disso, a psicologia é instada a atuar não apenas no nível clínico, mas também na formulação e avaliação de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde em sua dimensão intercultural (Moura Junior et al., 2025; Souza et al., 2020).

Estudos desenvolvidos no contexto amazônico apontam fatores de proteção associados à identidade cultural, à espiritualidade, ao apoio comunitário e à valorização das tradições como

elementos centrais na prevenção do suicídio entre jovens indígenas. A investigação de experiências locais demonstra que o fortalecimento da cultura e da participação comunitária pode funcionar como estratégia de resistência ao sofrimento decorrente de processos históricos de colonização e marginalização (Luciano, 2023; Ansloos, 2021).

Diante desse panorama, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a análise sobre a contribuição da psicologia para a promoção da saúde mental e a redução do suicídio entre povos indígenas, considerando suas especificidades culturais e territoriais. A relevância acadêmica e científica do tema reside na ampliação do diálogo entre psicologia, saúde coletiva e estudos indígenas, fortalecendo uma produção de conhecimento comprometida com a equidade, a justiça social e o reconhecimento da diversidade cultural. Ao integrar evidências empíricas e referenciais interculturais, busca-se contribuir para o desenvolvimento de práticas psicológicas mais éticas, contextualizadas e socialmente responsáveis.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Saúde Mental Indígena E Determinantes Históricos Do Sofrimento Psíquico

A compreensão da saúde mental dos povos indígenas exige a superação de modelos universalizantes que tradicionalmente orientaram a psicologia ocidental. Diferentemente de concepções individualizadas de sofrimento, as cosmologias indígenas frequentemente compreendem a saúde como um equilíbrio entre dimensões espirituais, territoriais, comunitárias e ancestrais. Nesse sentido, o adoecimento psíquico não se restringe à esfera intrapsíquica, mas emerge de rupturas coletivas, desarmonias sociais e impactos históricos decorrentes de processos colonizatórios. Essa perspectiva amplia o olhar clínico e exige uma abordagem que reconheça a centralidade da cultura na produção e no enfrentamento do sofrimento mental (Batista; Zanello, 2016).

Ao considerar os determinantes históricos, observa-se que a violência colonial, a perda territorial e a imposição de políticas assimilacionistas produziram profundas marcas nas comunidades indígenas. A desestruturação de modos tradicionais de vida e a fragmentação de redes comunitárias configuram elementos que atravessam gerações, influenciando diretamente indicadores contemporâneos de sofrimento psíquico. Nesse contexto, o suicídio surge não apenas como evento individual, mas como expressão de processos coletivos de vulnerabilização social e simbólica, exigindo análises que articulem psicologia, história e políticas públicas (Souza *et al.*, 2020).

A invisibilização das diferenças culturais na produção científica brasileira constitui outro fator que dificulta a consolidação de práticas psicológicas adequadas às realidades indígenas. Estudos apontam que, por muito tempo, as especificidades étnicas foram negligenciadas, resultando em intervenções padronizadas e pouco sensíveis às singularidades territoriais e cosmológicas. Revisões integradas da literatura evidenciam a amplitude do sofrimento mental nos povos indígenas, reforçando a urgência de maior produção científica culturalmente contextualizada (Aranão et al., 2024). Tal cenário evidencia a necessidade de revisão crítica dos referenciais teóricos utilizados na formação e atuação profissional, promovendo maior integração entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais (Batista; Zanello, 2016; Assis, 2024).

Essa lacuna teórica repercute diretamente na organização dos serviços de saúde mental, especialmente no âmbito da atenção pública. Indicadores recentes revelam desafios estruturais, como a insuficiência de profissionais capacitados para atuação intercultural e a fragilidade da articulação entre políticas indigenistas e saúde mental. A ausência de estratégias específicas para territórios indígenas contribui para a manutenção de desigualdades e para a baixa efetividade das ações preventivas, reforçando a importância de uma abordagem psicossocial ampliada (Moura Junior et al., 2025).

Ao mesmo tempo, pesquisas evidenciam que o sofrimento psíquico em contextos indígenas não pode ser dissociado de fatores como racismo estrutural, discriminação e marginalização social. A experiência cotidiana de exclusão impacta a autoestima coletiva, os projetos de vida e o sentimento de pertencimento, elementos fundamentais para a saúde mental. A psicologia, nesse cenário, é convocada a adotar postura crítica e comprometida com a transformação social, reconhecendo o papel das estruturas sociais na produção do adoecimento (Souza et al., 2020; Junior, 2021).

Entretanto, a análise dos determinantes históricos não deve obscurecer a existência de recursos culturais e comunitários que funcionam como fatores de proteção. Identidade étnica fortalecida, vínculos familiares sólidos e práticas espirituais tradicionais configuram importantes mecanismos de resistência frente às adversidades. Tais elementos demonstram que a saúde mental indígena também é atravessada por processos de resiliência coletiva, que precisam ser reconhecidos e valorizados nas intervenções psicológicas (Luciano, 2023).

A articulação entre sofrimento histórico e potencialidades culturais revela a complexidade do fenômeno e reforça a necessidade de uma psicologia intercultural. Essa abordagem implica reconhecer a pluralidade epistemológica e abandonar perspectivas

etnocêntricas, promovendo escuta qualificada e diálogo horizontal com as comunidades. Ao incorporar tais princípios, a prática psicológica pode contribuir para o fortalecimento de processos comunitários e para a reconstrução de sentidos coletivos de vida (Ansloos, 2021).

Além disso, a dimensão territorial assume papel central na saúde mental indígena, pois o território não representa apenas espaço físico, mas fundamento identitário e espiritual. A perda ou ameaça à terra impacta diretamente o equilíbrio comunitário, afetando dimensões subjetivas e coletivas do bem viver. Assim, compreender os determinantes históricos do sofrimento implica reconhecer a interdependência entre território, cultura e subjetividade (Baniwa, 2024).

Dessa forma, a análise da saúde mental indígena à luz dos determinantes históricos evidencia que o sofrimento psíquico está intrinsecamente ligado a processos estruturais e coletivos. Tal compreensão fundamenta a necessidade de práticas psicológicas culturalmente situadas, capazes de dialogar com as especificidades étnicas e de contribuir para a promoção da vida em contextos marcados por desigualdades históricas. Nesse processo, a atuação da psicologia junto a povos indígenas exige disposição para "desaprender" modelos padronizados e reconhecer que o cuidado em saúde se constrói no encontro com a diferença cultural (Martins, 2021). Esse arcabouço teórico constitui base essencial para o aprofundamento das discussões subsequentes acerca da prevenção do suicídio e das estratégias de cuidado intercultural.

2.2 Suicídio em povos indígenas: dimensões psicossociais e culturais

A análise do suicídio em povos indígenas demanda uma abordagem que ultrapasse explicações reducionistas centradas exclusivamente em transtornos mentais individuais. Embora fatores clínicos possam estar presentes, a literatura evidencia que o fenômeno está profundamente enraizado em contextos socioculturais específicos, envolvendo processos históricos de colonização, deslocamento territorial e ruptura de vínculos comunitários. Dessa forma, o suicídio deve ser compreendido como expressão multifacetada de sofrimento coletivo, exigindo leitura psicossocial integrada e culturalmente contextualizada (Souza *et al.*, 2020; Junior, 2021).

Nesse panorama, os estudos epidemiológicos revelam taxas significativamente elevadas de suicídio em determinadas etnias e regiões, especialmente entre jovens. O impacto social do suicídio indígena no Brasil ultrapassa a dimensão individual, produzindo efeitos coletivos que fragilizam redes comunitárias e reforçam ciclos de vulnerabilidade (De Souza, 2023). Contudo, a simples descrição estatística não esgota a compreensão do problema, pois não contempla os

significados atribuídos ao ato dentro das comunidades. A interpretação cultural do suicídio pode envolver dimensões espirituais, simbólicas e relacionais que desafiam categorias diagnósticas ocidentais, reforçando a necessidade de escuta sensível às narrativas indígenas (Baniwa, 2024).

Ao considerar as dimensões psicossociais, destaca-se o impacto da exclusão social e do racismo estrutural na construção da subjetividade indígena contemporânea. Dados sobre mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil evidenciam que o fenômeno atinge grupos cada vez mais jovens, apontando para a gravidade da situação e a urgência de intervenções precoces (Souza, M. L. P., 2019). A vivência constante de discriminação compromete projetos de futuro e fragiliza o sentimento de pertencimento, elementos essenciais à manutenção da saúde mental. Assim, o suicídio pode emergir como manifestação extrema de um contexto de desamparo social e de invisibilidade política, evidenciando a urgência de intervenções que transcendam o âmbito individual (Souza *et al.*, 2020).

Paralelamente, pesquisas indicam que a ruptura intergeracional decorrente de políticas assimilacionistas afetou profundamente os sistemas tradicionais de transmissão de saberes e valores. Narrativas indígenas sobre o suicídio no Alto Rio Negro revelam que o fenômeno é tecido por sentidos coletivos e espirituais que extrapolam categorias diagnósticas ocidentais, exigindo escuta etnicamente sensível (Souza, M. L. P., 2016). A fragilização dessas redes de apoio compromete o suporte emocional oferecido aos jovens, ampliando vulnerabilidades. Nesse sentido, compreender o suicídio em povos indígenas implica analisar a interação entre história, cultura e processos contemporâneos de transformação social (Batista; Zanello, 2016).

Além disso, a dimensão territorial configura-se como elemento central na análise do fenômeno. A terra não representa apenas meio de subsistência, mas espaço sagrado e fundamento identitário. A ameaça constante aos territórios tradicionais gera insegurança, conflitos e sensação de perda coletiva, repercutindo diretamente na saúde mental das comunidades. Portanto, a prevenção do suicídio exige reconhecimento da territorialidade como componente estruturante do bem viver indígena (Baniwa, 2024).

No plano internacional, investigações sobre juventudes indígenas demonstram que o fortalecimento da identidade cultural e a participação comunitária constituem fatores decisivos na redução de comportamentos suicidas. Intervenções que incorporam práticas tradicionais, valorizam a ancestralidade e promovem protagonismo juvenil apresentam resultados promissores, evidenciando que estratégias culturalmente ancoradas possuem maior efetividade do que modelos padronizados (Grande *et al.*, 2022; Martin; Lovelock; Stevenson, 2023).

A necessidade de repensar as formas de cuidado em saúde mental para os povos indígenas, superando modelos biomédicos em favor de abordagens que integrem saberes tradicionais e perspectivas comunitárias, emerge com centralidade na literatura recente (Oliveira et al., 2025). Estudos recentes sobre a incidência de ideação suicida em comunidades indígenas evidenciam a urgência de intervenções territorialmente situadas, capazes de responder às especificidades locais de cada povo (Lopes; Sathler; Silva, 2026). Ao mesmo tempo, observa-se que abordagens centradas exclusivamente na medicalização tendem a desconsiderar as especificidades culturais do sofrimento indígena. Embora o acesso a serviços de saúde mental seja fundamental, ele deve estar articulado a práticas comunitárias e a políticas públicas sensíveis às realidades locais. A integração entre atenção diferenciada e saberes tradicionais revela-se caminho necessário para a construção de respostas mais abrangentes e humanizadas (Moura Junior et al., 2025).

Essa perspectiva evidencia que o suicídio não pode ser compreendido de forma fragmentada, pois envolve múltiplos níveis de análise, individual, familiar, comunitário e estrutural. A psicologia, ao dialogar com essas dimensões, amplia sua capacidade de intervenção, deslocando o foco exclusivo do diagnóstico para a promoção de vínculos, identidade e pertencimento. Tal abordagem contribui para a construção de práticas mais alinhadas às necessidades concretas das comunidades indígenas (Assis, 2024).

2.2.1 Fatores de proteção e fortalecimento cultural na prevenção do suicídio

A análise dos fatores de proteção ao suicídio em povos indígenas desloca o foco exclusivo da vulnerabilidade para a identificação de recursos culturais, comunitários e espirituais que promovem a manutenção da vida. Essa perspectiva permite compreender que, apesar dos impactos históricos e sociais, as comunidades indígenas desenvolvem estratégias próprias de resistência e cuidado coletivo. Assim, a prevenção do suicídio passa a ser entendida não apenas como contenção de risco, mas como fortalecimento das condições que sustentam o bem viver e a continuidade cultural (Luciano, 2023).

Entre esses fatores, a identidade étnica fortalecida destaca-se como elemento central na promoção da saúde mental. O reconhecimento positivo da pertença cultural, associado à valorização da língua, das tradições e da memória ancestral, contribui para a construção de autoestima coletiva e sentido de propósito. Quando jovens indígenas se reconhecem como parte ativa de uma história e de um território, ampliam-se as possibilidades de enfrentamento das adversidades contemporâneas (Ansloos, 2021).

A espiritualidade e as práticas tradicionais de cura também configuram importantes mecanismos protetivos. Diferentemente da lógica individualizante da psicologia ocidental, muitas cosmologias indígenas compreendem o sofrimento como desequilíbrio nas relações entre pessoas, natureza e mundo espiritual. A participação em rituais, a escuta dos mais velhos e o acompanhamento por lideranças espirituais podem atuar como dispositivos de reorganização simbólica e emocional, fortalecendo vínculos comunitários (Baniwa, 2024).

No campo das políticas públicas, a articulação entre serviços de saúde mental e atenção diferenciada mostra-se fundamental para potencializar fatores de proteção. A presença de profissionais capacitados para atuar de forma intercultural, aliada ao respeito às práticas tradicionais, possibilita a construção de estratégias preventivas integradas. Nesse sentido, a psicologia pode contribuir na mediação entre saberes acadêmicos e conhecimentos indígenas, fortalecendo abordagens colaborativas (Moura Junior *et al.*, 2025).

Experiências internacionais também evidenciam que programas de protagonismo juvenil e apoio entre pares produzem resultados significativos na redução do suicídio. Iniciativas que valorizam lideranças jovens e promovem espaços seguros de diálogo contribuem para a reconstrução de vínculos e para o desenvolvimento de competências emocionais. Tais estratégias demonstram que o empoderamento comunitário constitui ferramenta potente na promoção da vida (Grande *et al.*, 2022; Martin; Lovelock; Stevenson, 2023).

Assim, a comunicação em saúde, quando construída de forma participativa, igualmente fortalece mecanismos de proteção. A elaboração de campanhas e intervenções que respeitam as especificidades linguísticas e culturais das comunidades amplia a eficácia das ações preventivas. Nesse contexto, a psicologia desempenha papel estratégico ao desenvolver metodologias dialógicas que favoreçam escuta ativa e construção coletiva de soluções (Agudelo-Hernández *et al.*, 2025).

Ao integrar fatores culturais, espirituais e comunitários, observa-se que a prevenção do suicídio em povos indígenas está intrinsecamente ligada ao fortalecimento da autonomia coletiva. A valorização do território, da memória e da identidade não apenas reduz vulnerabilidades, mas também promove processos de reconstrução simbólica capazes de ressignificar experiências de sofrimento. Tal perspectiva amplia o campo de atuação psicológica para além do atendimento clínico individual (Ansloos, 2021).

2.3 Contribuições da psicologia para a prevenção do suicídio em contextos indígenas

A contribuição da psicologia para a prevenção do suicídio em contextos indígenas deve ser compreendida a partir de uma perspectiva intercultural, que reconheça a pluralidade de modos de existir e de significar o sofrimento. Historicamente, a psicologia foi estruturada sobre referenciais eurocêntricos, muitas vezes distantes das realidades socioculturais indígenas. A tarefa histórica da psicologia indígena diante das demandas contemporâneas implica revisitar fundamentos disciplinares e construir novos marcos de atuação comprometidos com a diversidade (Guimarães, 2022). Contudo, a ampliação do debate sobre saúde mental coletiva e direitos humanos impulsiona a construção de práticas mais sensíveis às especificidades étnicas, exigindo revisão crítica de pressupostos teóricos e metodológicos consolidados (Batista; Zanello, 2016).

Nesse movimento de revisão, a descolonização da psicologia emerge como imperativo epistemológico, exigindo que a disciplina reconheça e questione os pressupostos coloniais que estruturaram historicamente seus saberes e práticas (Silva; Macedo, 2021). Destaca-se, nesse sentido, a importância da escuta qualificada como instrumento central de atuação psicológica. A escuta intercultural implica reconhecer que as narrativas indígenas sobre sofrimento e morte podem diferir das categorias diagnósticas tradicionais. Ao considerar as cosmologias próprias de cada povo, o psicólogo amplia sua capacidade de compreensão e evita interpretações reducionistas, favorecendo intervenções mais contextualizadas e respeitosas (Baniwa, 2024; Assis, 2024).

A atuação comunitária constitui outro eixo fundamental da contribuição psicológica. O papel do psicólogo na saúde indígena exige postura dialógica, respeito às especificidades culturais e construção de vínculos de confiança com as comunidades atendidas (Lopes; Sathler, 2022). Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente no atendimento individual, a prevenção do suicídio em povos indígenas demanda estratégias coletivas, que envolvam lideranças, famílias e jovens. Intervenções comunitárias fortalecem vínculos, ampliam redes de apoio e promovem espaços de diálogo sobre sofrimento e pertencimento, elementos decisivos na promoção da vida (Grande *et al.*, 2022).

Além disso, a psicologia pode colaborar na elaboração de programas de formação continuada para profissionais de saúde que atuam em territórios indígenas. O Conselho Federal de Psicologia estabelece referências técnicas específicas para a atuação de psicólogos junto aos povos indígenas, orientando práticas éticas, culturalmente situadas e comprometidas com a

autonomia comunitária (Conselho Federal de Psicologia, 2022). A capacitação intercultural favorece o desenvolvimento de competências relacionadas à mediação cultural, à comunicação em saúde e ao respeito às práticas tradicionais. Tal formação contribui para reduzir barreiras institucionais e para aprimorar a qualidade do cuidado oferecido nas redes públicas (Moura Junior *et al.*, 2025).

No campo da comunicação preventiva, a psicologia oferece ferramentas teóricas e metodológicas para a construção de estratégias participativas e culturalmente adequadas. Estudos indicam que ações de prevenção são mais eficazes quando desenvolvidas com envolvimento ativo das comunidades, respeitando suas linguagens e dinâmicas internas. Assim, o profissional de psicologia pode atuar como facilitador de processos coletivos de construção de sentido e fortalecimento da autonomia (Agudelo-Hernández *et al.*, 2025; National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2022).

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da identidade cultural como componente terapêutico. Pesquisas evidenciam que a valorização da ancestralidade, da espiritualidade e do território contribui para a reconstrução de projetos de vida entre jovens indígenas. Nesse contexto, a psicologia pode apoiar iniciativas que integrem práticas tradicionais e abordagens contemporâneas, reconhecendo a cultura como elemento central na promoção da saúde mental (Luciano, 2023; Ansloos, 2021).

A dimensão política da atuação psicológica também merece destaque. A prevenção do suicídio em contextos indígenas não se limita ao âmbito clínico, pois envolve enfrentamento de desigualdades estruturais, defesa de direitos territoriais e fortalecimento de políticas públicas. Ao adotar postura ética e socialmente comprometida, a psicologia contribui para ampliar o debate sobre justiça social e equidade em saúde, reconhecendo que a promoção da vida está intrinsecamente ligada às condições sociais e históricas (Souza *et al.*, 2020).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, com o objetivo de analisar a contribuição da psicologia para a saúde mental dos povos indígenas na redução do suicídio. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na necessidade de reunir, sistematizar e interpretar produções científicas recentes, possibilitando compreensão ampliada do fenômeno investigado. A revisão integrativa permite articular diferentes delineamentos metodológicos, favorecendo

análise crítica e síntese do conhecimento disponível. Tal estratégia mostra-se adequada à complexidade e multidimensionalidade do tema.

A pesquisa foi conduzida a partir de levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, priorizando publicações no período de 2016 a 2026. Foram utilizadas bases como SciELO, PubMed, PePSIC, Periódicos CAPES e Google Scholar, considerando sua relevância na indexação de estudos em psicologia, saúde coletiva e saúde indígena. A delimitação temporal justifica-se pela necessidade de contemplar produções atualizadas que dialoguem com debates contemporâneos sobre interculturalidade e políticas públicas. A seleção buscou garantir consistência científica e pertinência temática.

Para a busca dos estudos, foram empregados descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos, tais como: “saúde mental indígena”, “suicídio indígena”, “psicologia intercultural”, “indigenous mental health” e “suicide prevention”. A utilização desses termos permitiu ampliar o alcance da pesquisa e identificar produções alinhadas ao objeto de estudo. Os descritores foram aplicados de forma combinada para refinar os resultados e assegurar maior especificidade. Esse procedimento favoreceu a seleção de materiais diretamente relacionados à temática proposta.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos científicos, dissertações, teses e relatórios institucionais que abordassem saúde mental indígena, fatores psicossociais do suicídio e estratégias de prevenção com interface na psicologia. Foram considerados apenas textos disponíveis integralmente e publicados dentro do recorte temporal estabelecido. Excluíram-se produções duplicadas, trabalhos sem fundamentação científica consistente ou que não apresentassem relação direta com o tema central. Essa filtragem assegurou maior rigor metodológico ao estudo.

Após a seleção inicial, realizou-se leitura exploratória dos títulos e resumos, seguida de leitura analítica e interpretativa dos textos completos. Esse processo permitiu identificar categorias temáticas recorrentes, tais como determinantes históricos do sofrimento, fatores de proteção cultural, intervenções comunitárias e políticas públicas intersetoriais. A organização dessas categorias orientou a construção do referencial teórico e a articulação dos argumentos apresentados. A análise buscou estabelecer conexões entre os estudos, evitando fragmentação das ideias.

A etapa de análise dos dados ocorreu por meio de abordagem qualitativa interpretativa, priorizando a identificação de convergências e divergências entre as produções selecionadas. Foram examinadas contribuições teóricas, metodológicas e práticas relacionadas à atuação da

psicologia em contextos indígenas. A síntese interpretativa possibilitou compreender lacunas existentes na literatura e apontar caminhos para aprofundamento científico. Esse procedimento garantiu coerência entre objetivos, fundamentação teórica e resultados discutidos.

No que se refere aos aspectos éticos, por tratar-se de revisão de literatura, não houve envolvimento direto de participantes humanos, dispensando submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, manteve-se compromisso com integridade acadêmica, respeitando autoria das obras consultadas e evitando qualquer forma de plágio. As citações foram realizadas conforme normas da ABNT, assegurando transparência e credibilidade científica. Tal postura reafirma o rigor metodológico adotado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados evidencia que a produção científica sobre saúde mental indígena e prevenção do suicídio converge para a necessidade de superação de modelos individualizantes de cuidado. Observa-se que o sofrimento psíquico é compreendido de forma ampliada, articulado a processos históricos de colonização, perda territorial e fragilização cultural. Essa perspectiva desloca o foco exclusivo do transtorno mental para dimensões coletivas e estruturais que atravessam a experiência indígena contemporânea. Assim, a contribuição da psicologia é analisada não apenas no âmbito clínico, mas também em sua dimensão social e política (Souza et al., 2020; Batista; Zanello, 2016).

Os estudos indicam que as taxas elevadas de suicídio entre povos indígenas não podem ser interpretadas isoladamente dos determinantes sociais e culturais. A caracterização epidemiológica do suicídio indígena e a trajetória dos cuidados em saúde pública demonstram que a resposta institucional ainda é fragmentada e insuficiente para atender às especificidades dessas populações (Souza, R. S., 2020). A literatura revisada aponta que vulnerabilidades associadas à exclusão social, ao racismo estrutural e à insegurança territorial configuram fatores de risco significativos. Entretanto, também se destaca que intervenções eficazes são aquelas que reconhecem os significados culturais atribuídos ao sofrimento, evitando interpretações etnocêntricas. Tal constatação reforça a importância de abordagens psicológicas interculturais e contextualizadas (Junior, 2021; Baniwa, 2024).

No que se refere às estratégias de prevenção, observa-se consenso quanto à relevância de intervenções comunitárias e participativas. Programas que envolvem lideranças indígenas, fortalecem identidade cultural e promovem protagonismo juvenil apresentam resultados mais consistentes na redução de comportamentos suicidas. A análise demonstra que a integração

entre saberes tradicionais e práticas psicológicas baseadas em evidências amplia a efetividade das ações. Esse diálogo epistemológico constitui elemento central das propostas contemporâneas de cuidado (Grande et al., 2022; Ansloos, 2021).

A dimensão da comunicação em saúde também emerge como componente estratégico na análise das produções revisadas. Estudos ressaltam que campanhas preventivas e ações educativas devem ser culturalmente adaptadas, respeitando especificidades linguísticas e simbólicas das comunidades. A psicologia contribui ao oferecer ferramentas metodológicas para construção de processos comunicacionais dialógicos, capazes de fortalecer vínculos e promover identificação coletiva. Assim, a comunicação deixa de ser mera transmissão de informação e passa a integrar estratégias de empoderamento comunitário (Agudelo-Hernández et al., 2025).

Outro eixo recorrente na análise refere-se à necessidade de qualificação profissional para atuação intercultural. A literatura evidencia que a ausência de formação específica compromete a eficácia das intervenções e pode reforçar práticas inadequadas. Investimentos em capacitação contínua, com enfoque em ética intercultural e direitos indígenas, são apontados como fundamentais para aprimorar o cuidado em saúde mental. Tal qualificação fortalece a atuação psicológica nas redes públicas e amplia sua capacidade de resposta às demandas territoriais (Assis, 2024; Moura Junior et al., 2025).

A análise também demonstra que políticas públicas intersetoriais desempenham papel decisivo na promoção da saúde mental indígena. A articulação entre saúde, educação e proteção territorial favorece abordagens integradas e sustentáveis. Quando as ações são formuladas com participação comunitária, observa-se maior legitimidade e aderência às estratégias propostas. Portanto, a prevenção do suicídio demanda políticas estruturais que transcendam intervenções pontuais (Martin; Lovelock; Stevenson, 2023; National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2022).

Paralelamente, destaca-se a centralidade dos fatores de proteção cultural identificados nas produções analisadas. Identidade fortalecida, espiritualidade, vínculos familiares e pertencimento territorial são elementos recorrentes associados à promoção da vida. A psicologia, ao reconhecer tais dimensões, amplia sua prática para além da clínica individual, incorporando ações comunitárias que valorizem memória e ancestralidade. Essa ampliação representa avanço significativo na construção de abordagens preventivas culturalmente situadas (Luciano, 2023).

A síntese dos estudos evidencia, ainda, que persistem lacunas na produção científica brasileira, especialmente no que se refere à avaliação sistemática de programas específicos de

prevenção do suicídio em territórios indígenas. A carência de pesquisas longitudinais e de indicadores específicos limita a compreensão aprofundada dos impactos das intervenções implementadas. Tal constatação reforça a necessidade de ampliação do investimento acadêmico na temática, consolidando campo de pesquisa interdisciplinar (Batista; Zanello, 2016).

Dessa forma, a análise integrada das obras selecionadas permite afirmar que a contribuição da psicologia para a redução do suicídio indígena reside na articulação entre escuta intercultural, fortalecimento comunitário e compromisso com políticas públicas estruturantes. A compreensão ampliada do sofrimento, aliada à valorização de fatores culturais de proteção, fundamenta práticas mais éticas e eficazes. Esse conjunto de evidências sustenta a relevância científica da pesquisa e aponta para a necessidade de continuidade dos estudos sobre saúde mental indígena no âmbito acadêmico e profissional.

4.1 Discussão Dos Resultados

A análise dos resultados apresentados revela de forma clara que a interpretação do suicídio entre as comunidades indígenas demanda a superação de visões que se limitam unicamente aos aspectos biomédicos. Isso se justifica porque esse fenômeno está intimamente ligado a uma diversidade de fatores que vão além do mero aspecto clínico, incluindo elementos históricos, questões territoriais e aspectos culturais, que desempenham um papel fundamental na forma como o suicídio é percebido e vivenciado por essas populações. Portanto, é imprescindível considerar essa complexidade para uma compreensão mais abrangente do tema (De Souza et al., 2020).

Essa relação evidencia como aspectos sociais e históricos podem influenciar a saúde mental das populações, refletindo as dificuldades enfrentadas em contextos de desintegração social e cultural. Essa observação evidencia que intervenções psicológicas que são realizadas de forma isolada e que não levam em consideração o contexto sociopolítico em que estão inseridas, costumam demonstrar um efeito restrito e, muitas vezes, não conseguem proporcionar resultados significativos. Dessa forma, a diminuição da incidência de suicídios está diretamente relacionada a uma abordagem que seja ampliada e integrada, de acordo com as afirmações de Souza et al. (2020) e Junior (2021).

Os resultados obtidos na pesquisa também apontam que a falta de reconhecimento e consideração das particularidades culturais durante a formação acadêmica e na atuação profissional em psicologia representa um obstáculo significativo, que dificulta a prestação de um cuidado que seja realmente adequado e eficaz. Essa invisibilidade das especificidades

culturais tem implicações consideráveis na efetividade do tratamento psicológico, evidenciando a necessidade urgente de integração dessas dimensões no contexto da prática psicológica. A presença marcante de referenciais e conceitos que buscam ser universais torna bastante complicado o devido reconhecimento das diversas cosmologias que pertencem aos povos indígenas. Além disso, essa predominância também impede a valorização dos significados e das interpretações específicas que esses povos atribuem às experiências de sofrimento e à morte, que são elementos fundamentais em suas culturas. Essas considerações foram discutidas em profundidade por Batista e Zanello em 2016, bem como por Assis em 2024.

A valorização dos fatores que protegem a cultura revelou-se um elemento que aparece com frequência nas produções que foram analisadas e examinadas. Essa constatação destaca a importância atribuída à proteção e à preservação dos aspectos culturais nas obras estudadas, evidenciando, assim, a relevância desse tema nas discussões contemporâneas. A identidade étnica, que se refere ao sentido de pertencimento a um grupo cultural específico, é um aspecto fundamental que, quando fortalecido, contribui significativamente para a saúde mental dos indivíduos. Além disso, a espiritualidade, que envolve crenças e práticas que transcendem o material e tocam no transcendental, também desempenha um papel crucial nesse contexto. A participação comunitária, que se manifesta através do engajamento em atividades coletivas e na convivência social, é igualmente vital, pois promove um senso de pertencimento e apoio mútuo. Por outro lado, os vínculos familiares, que se traduzem nas relações afetivas e de apoio entre os membros de uma família, surgem como outra dimensão essencial, contribuindo para o bem-estar emocional. Portanto, essas várias dimensões interagem entre si e se tornam fundamentais na promoção da saúde mental, evidenciando a importância de um enfoque integrado e multifacetado nesse campo (Luciano, 2023; Ansloos, 2021).

No âmbito das intervenções, foi observado que os programas que são caracterizados por uma abordagem participativa, onde há um papel ativo dos jovens e um envolvimento significativo das lideranças indígenas, demonstram uma maior aceitação e efetividade em suas ações. Essa evidência sugere que a inclusão desses grupos no processo de implementação contribui decisivamente para o sucesso das iniciativas. Assim, a união e a combinação entre conhecimentos tradicionais acumulados ao longo do tempo e as abordagens psicológicas que são fundamentadas em evidências científicas tem se mostrado uma estratégia bastante promissora e eficaz no que diz respeito à diminuição dos comportamentos relacionados ao suicídio, conforme apontado por Grande et al. (2022), bem como por Martin, Lovelock e Stevenson (2023).

O debate conduzido também ressalta a importância fundamental da comunicação no campo da saúde, evidenciando sua função estratégica como uma ferramenta eficaz para a promoção da prevenção de doenças e outros problemas de saúde. As estratégias de comunicação que são elaboradas de maneira coletiva e participativa tendem a favorecer uma melhor identificação com a cultura local, além de incentivar e ampliar o engajamento da comunidade. Dessa forma, a comunicação não se limita a ter apenas um caráter informativo, mas também adquire uma dimensão transformadora que pode impactar as interações e a realidade das pessoas, conforme mencionam Agudelo-Hernández e colaboradores em 2025.

No contexto das políticas públicas voltadas para a saúde, os dados e resultados obtidos mostram claramente que as iniciativas que envolvem a colaboração entre diferentes setores são essenciais e, de fato, fundamentais para a melhoria e promoção da saúde mental entre as populações indígenas. Essas ações intersetoriais, que podem abranger áreas como saúde, educação e assistência social, desempenham um papel crucial no fortalecimento do bem-estar psicológico dessas comunidades, evidenciando a necessidade de um trabalho integrado que considere as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas. A colaboração efetiva entre as áreas de saúde, educação e a proteção do território é fundamental para fortalecer as redes de cuidado que são estabelecidas, além de contribuir significativamente para a ampliação da sustentabilidade das intervenções realizadas. Assim, a área da psicologia desempenha um papel importante não apenas na dimensão clínica, onde atua diretamente com a saúde mental, mas também na elaboração e na efetivação de políticas estruturantes que podem impactar de maneira significativa a sociedade como um todo (Moura Junior et al., 2025; National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2022).

Contudo, a análise realizada aponta que ainda existem lacunas significativas na produção científica do Brasil, especialmente no que diz respeito à avaliação ao longo do tempo de programas voltados para a prevenção em comunidades indígenas. Essa situação evidencia a necessidade de um aprofundamento nas pesquisas que contemplem essa temática específica, uma vez que a avaliação longitudinal é crucial para compreender a eficácia e os impactos desses programas nas realidades dessas populações. Assim, compreende-se que a escassez de dados organizados e sistematizados apresenta um obstáculo significativo que limita a capacidade de mensurar com precisão os impactos das ações executadas, além de dificultar consideravelmente o processo de aprimoramento contínuo das estratégias que foram implementadas. Essa falta de informações estruturadas torna mais desafiador avaliar os resultados alcançados e, conseqüentemente, impede o desenvolvimento eficaz de melhorias nas abordagens adotadas.

Esse contexto ressalta de maneira clara e evidente a urgência de um aumento significativo nos investimentos voltados para a realização de pesquisas que adotem uma abordagem interdisciplinar (Batista; Zanello, 2016).

Um outro aspecto que merece destaque e é de grande importância diz respeito à capacitação profissional, a qual é considerada inadequada para suprir as atuais necessidades das interações interculturais que estão em evidência. Esse déficit na formação é um fator que pode dificultar a adaptação e a eficácia na comunicação entre diferentes culturas, evidenciando assim a urgência de um aprimoramento nesse sentido. A falta de inclusão de conteúdos que abordem de forma específica a saúde mental das populações indígenas nos currículos das instituições de ensino superior tem um impacto direto, pois essa lacuna se traduz em práticas que não consideram o contexto cultural e social dessas comunidades. Isso implica que, muitas vezes, as abordagens adotadas podem ser inadequadas e distantes da realidade vivenciada por esses grupos (Assis, 2024).

Desse modo, a análise dos resultados evidencia que a contribuição da psicologia no que diz respeito à diminuição das taxas de suicídio entre populações indígenas está intrinsecamente ligada à capacidade de promover uma escuta que respeite as diversas culturas, ao fortalecimento das práticas e tradições culturais dessas comunidades, além da necessidade de um comprometimento político sólido em relação à defesa dos direitos territoriais e sociais desses grupos. Essa articulação é essencial para que a atuação da psicologia seja efetiva e traga resultados positivos no enfrentamento desse grave problema.

A combinação e a articulação entre as práticas clínicas, que se referem ao atendimento na área da saúde, as ações voltadas para a comunidade, que visam o bem-estar coletivo, e as políticas públicas, que são diretrizes governamentais destinadas a atender às necessidades da população, ampliam significativamente as oportunidades e possibilidades de promover a qualidade de vida. Essa integração é fundamental para criar um ambiente mais saudável e sustentável para todos. Os resultados obtidos apoiam a importante necessidade de dar sequência às investigações já realizadas e, além disso, enfatizam o papel fundamental da psicologia enquanto um campo científico que se dedica de forma comprometida à promoção da justiça social, assim como à valorização e ao reconhecimento da diversidade cultural existente em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que o fenômeno do suicídio entre povos indígenas não pode ser analisado sob perspectivas isoladas ou exclusivamente clínicas, uma vez que está profundamente relacionado a determinantes históricos, territoriais, culturais e sociais. As evidências analisadas indicam que o sofrimento psíquico emerge de processos estruturais de vulnerabilização, exigindo abordagem ampliada e contextualizada. Nesse cenário, a psicologia assume papel relevante ao propor intervenções interculturais que reconheçam a centralidade da identidade, da coletividade e do território na promoção da saúde mental.

Verificou-se que estratégias de prevenção mais eficazes são aquelas que valorizam fatores de proteção cultural, fortalecem vínculos comunitários e promovem protagonismo indígena na construção das ações. A integração entre saberes tradicionais e práticas psicológicas fundamentadas em evidências amplia a efetividade das intervenções e favorece respostas mais alinhadas às realidades locais. Assim, a atuação psicológica ultrapassa o espaço terapêutico individual, inserindo-se em processos coletivos de reconstrução simbólica e fortalecimento cultural.

Também se evidenciou a necessidade de consolidação de políticas públicas intersetoriais que articulem saúde, educação e proteção territorial, garantindo condições estruturais para a promoção do bem viver. A qualificação profissional para atuação intercultural e o investimento em pesquisas específicas sobre saúde mental indígena mostram-se indispensáveis para o aprimoramento das estratégias preventivas. Tais medidas contribuem para reduzir desigualdades históricas e fortalecer redes de cuidado mais sensíveis às especificidades étnicas.

Por fim, conclui-se que a contribuição da psicologia para a redução do suicídio indígena está intrinsecamente ligada ao compromisso ético com a justiça social, o reconhecimento da diversidade cultural e a defesa dos direitos dos povos originários. Ao adotar postura crítica, intercultural e socialmente engajada, a psicologia reafirma seu papel como ciência comprometida com a promoção da vida e com a construção de práticas que respeitem e valorizem as múltiplas formas de existência indígena.

REFERÊNCIAS

AGUDELO-HERNÁNDEZ, F.; *et al.* Components of risk communication in mental health and suicide in Indigenous peoples: a scoping review. *Mental Health & Prevention*, v. 37, 2025. .

ANSLOOS, J. P. *The Medicine of Peace: Indigenous Youth Resisting Violence and Decolonizing Healing.* Fernwood Publishing, 2021. .

ARANÃO, G. D.; OLIVEIRA, S. P.; BERTON, A. F.; SANTOS, E. M. Sofrimento mental nos povos indígenas: uma revisão integrativa da literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 11, p. 342–369, 2024.

ASSIS, É. S. Desafios da Psicologia Indígena no cuidado à saúde mental universitária. *Estudos de Psicologia*, 2024.

BANIWA, G. Fatores explicativos do suicídio pela visão indígena. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2024.

BATISTA, M. Q.; ZANELLO, V. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. *Estud. psicol.*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 403, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) junto aos povos indígenas*. Brasília: CFP/CREPOP, 2022.

DE SOUZA, I. B. Saúde mental indígena: o impacto social do suicídio no Brasil. *Revista Contemporânea*, 2023. .

GRANDE, A. J.; *et al.* Mental health interventions for suicide prevention among indigenous adolescents: scoping review. *São Paulo Medical Journal*, 2022.

GUIMARÃES, D. S. A tarefa histórica da psicologia indígena diante dos 60 anos da regulamentação da psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, n. spe, e263587, 2022.

JUNIOR, L. P. R. Suicídio indígena no Brasil: uma revisão sistemática. *Núcleo de Estudos NuFEN*, 2021.

LOPES, D. C.; SATHLER, C. N. O papel da(o) psicóloga(o) na saúde indígena. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, e240841, 2022.

LOPES, J.; SATHLER, C.; SILVA, R. A. N. Saúde mental em contextos indígenas: análise da incidência de ideação suicida em uma comunidade indígena do sul do Tocantins. *Revista DCS*, 2026.

LUCIANO, G.B. FATORES DE PROTEÇÃO AO SUICÍDIO EM JOVENS INDÍGENAS DA ETNIA BANIWA. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI. Universidade Federal Do Amazonas. 123f. 2023.

MARTIN, G.; LOVELLOCK, K.; STEVENSON, B. An overview of Indigenous mental health and suicide prevention in Australia. *Australian Institute of Health and Welfare*, 2023.

MARTINS, C. P. "Desaprender 8 horas por dia": psicologia e saúde indígena. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 33, n. 3, p. 191–198, 2021.

MOURA JUNIOR, J. F.; *et al.* Indicadores de saúde mental e cobertura na rede pública para povos indígenas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2025.

NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. Suicide Prevention in Indigenous Communities: Proceedings of a Workshop. National Academies Press, 2022.

OLIVEIRA, D. P.; *et al.* Suicídio em povos indígenas: (re)pensando outras formas de cuidado em saúde mental. NRA – *Revista Indígena da Amazônia*, Belém, 2025.

SAÚDE mental no contexto indígena, o que pode a psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 2023.

SILVA, B. Í. B. M.; MACEDO, J. P. Povos indígenas no Brasil e a descolonização da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, e221362, 2021.

SOUZA, M. L. P. Mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 3, e00019219, 2019.

SOUZA, M. L. P. Narrativas indígenas sobre suicídio no Alto Rio Negro, Brasil: tecendo sentidos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 145–159, 2016.

SOUZA, R. S. Suicídio em povos indígenas: caracterização epidemiológica e trajetória dos cuidados em saúde pública. 2020. Tese (Doutorado) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA, R. S.; *et al.* Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 2020.